

FICHA TÉCNICA: director: josé silva carvalho • chefe de redacção: cristino meneses • administração e redacção: travessa do carvalho 23, 1249-003 lisboa • impressão: ligrate, atelier gráfico, lda • tiragem 12 000 exemplares

Editorial

Rio de Janeiro Cidade da Arquitectura

Instituto de Arquitectos do Brasil (IAB), complementarará com qualidade este significativo Congresso, transformando neste período a cidade do Rio de Janeiro na Cidade da Arquitectura.

Não só pelo tema genérico do seu Seminário, "Arquitectura, Tempo e Espaço Social", como particularmente pelos seus sub-temas, como pela diversidade das participações, como ainda pelo amplo debate esperado no seio da Assembleia Geral restrita aos membros da Junta Directiva e Delegados das ordens ou associações de arquitectos dos diversos países; só em nome da Arquitectura e dos Arquitectos de Língua Portuguesa valerá a pena a estadia no Brasil. As actividades profissionais complementares do Encontro, a vida e o ambiente carioca, farão o resto...

Há indícios positivos baseados em propostas concretas que na Assembleia Geral serão apresentadas, que certamente confirmarão o esperado novo ciclo e nova atitude que agora se impõe para o CIALP.

José Silva Carvalho, Arquitecto

Qualidades: Architectónica e Construtiva da cidade de Bissau

JSCarvalho



Mercado de Bandim, Bissau

É caso para parafrasear Mestre Zanine, "Arquitecto" brasileiro. Arquitecto, entre aspas, porque, pelo incrível que pareça, o homem nunca se sentou num banco da Universidade, nem é detentor de um diploma universitário, o que não obsta que os seus projectos arquitectónicos sejam "consumidos"

pela maioria da classe alta da sociedade brasileira sob a forma de maquetas. Ele continua a ser como uma espécie de curandeiro relativo ao médico para a classe e/ou Instituto dos Arquitectos Brasileiros (IAB) e dizia assim: o feio morre sozinho, por ocasião de um seminário em que tive o privilégio em participar no Rio de Janeiro, na década de 80, concretamente em Outubro de 1986. Na verdade, decorridos aproximadamente 17 anos sobre o seminário, sou tentado, hoje em dia, a fazer uma analogia entre a frase célebre do Mestre e a actual cidade querida de Bissau. Chega-se então à triste conclusão da fealdade e da condição moribunda a que está a ser votada a nossa cidade capital, na certeza porém, se as coisas continuarem nesta encruzilhada, que será o espelho desta frase acertadíssima que me seduziu e serviu de inspiração para este pequeno contributo e, porque não, minha obrigação para com esta pequena urbe que me viu nascer, crescer e onde vivo actualmente.

A forte razão desta minha preocupação, que de certeza é compartilhada em silêncio por todos ou

senão a maioria dos Bissauenses (entenda-se aqueles que vivem na nossa cidade, sendo estrangeiros ou nacionais), é pela derradeira proliferação de construções que se estão a executar um pouco por todo lado e que não passam de uns autênticos mamarrachos, por não merecerem outro nome, dada a sua falta de conteúdos arquitectónico e de qualidade de edificação.

Para corroborar estas minhas afirmações, longe da pretensão de angariar alguma empatia em torno deste assunto, convido os munícipes menos atentos a efectuarem um passeio ao longo da Avenida (14 de Novembro ou D. Settimio Ferrazeta), que é uma espécie de *passerelle* de entrada para a nossa capital, a fim de disfrutarem de uma paisagem urbano-arquitectónica triste e deprimente quanto basta, para não falar do Parque do XX Aniversário do célebre "Acordo de Abuja", do edifício situado na Avenida Amílcar Cabral, defronte ao Ministério das Pescas, e mais não digo porque a lista é extensa.

À semelhança de todo o território nacional, integrando o continente e ilhas, excepto a zona das colinas de Boé, a cidade de Bissau e a sua zona periférica estão assentes numa área topograficamente plana, o que conseqüentemente levou os arquitectos e/ou engenheiros urbanistas, aquando do processo da concepção do plano urbanístico, a um tecido urbano reticular, da malha equilibrada e bem desenhada, sendo o produto da morfologia que hoje ostenta, e merecendo desta forma ser completado com elementos urbanos cujas arquitectura e edificação atinjam um patamar mínimo de qualidade. Se porventura se fizer hoje uma "radiografia" à zona urbana de Bissau, o resultado seria, além das construções incaracterísticas que emergem cada dia mais, uma panóplia de património imóvel, passeios, ruas, estradas, redes de água, esgoto, pluvial e eléctrica, e zonas verdes completamente degradadas, zonas comerciais praticamente desactivadas, dando lugar ao comércio informal e ao desaparecimento das zonas industriais. Perante esta realidade caótica e catastrófica em termos de paisagem urbana deixo um alerta para quem da responsabilidade exercer a sua autoridade em defesa do panorama urbano agradável a que todos temos o direito, porque nem só do saco de arroz vive o homem.

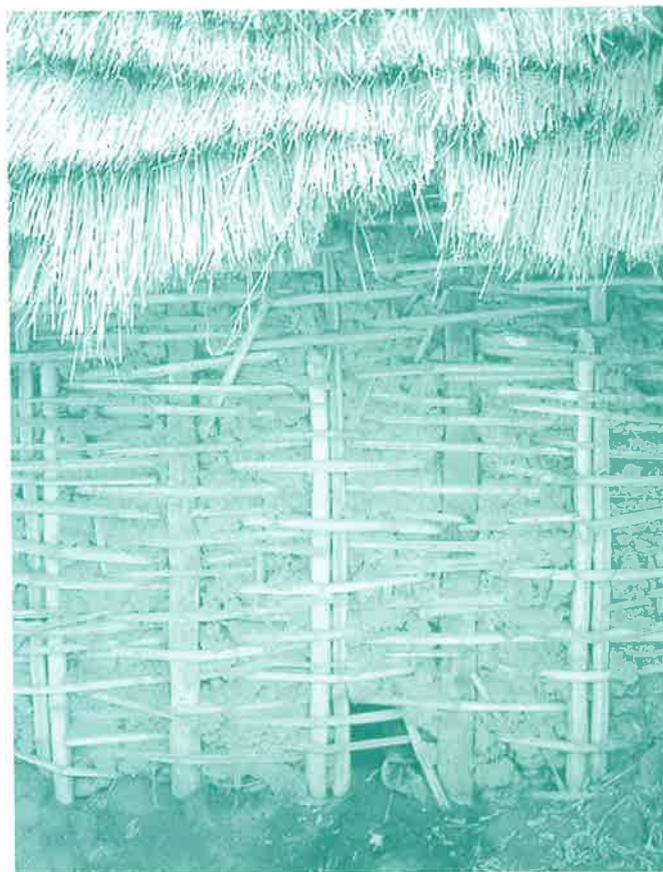
Decerto e evidentemente normal, não passarei incólume, nem alinharão no mesmo diapasão comigo, alguns leitores e/ou munícipes no tocante a esta matéria, por considerá-la pura e simplesmente coisa

não prioritária, erudita e de pessoas com os ouvidos virados para as músicas clássica, jazz e blues, em vez de corá, balafon e tina, ou seja coisa de gente assimilada.

Este hipotético argumento carece de consistência, pela razão que a Arquitectura tem como uma das traves-mestras a tradição, que por sua vez tem como parte das suas componentes principais a estética e a ética que se reflectem numa tradição praticada em todo o país e que é um denominador comum a todas as etnias que compõem o nosso mosaico étnico, o que vem testemunhar ou patentear a origem popular da arquitectura e do urbanismo.

Como dizia alguém: só a beleza salvará este mundo.

Domingos Fernandes Gomes, Arquitecto
Vice-Presidente do CIALP
(Guiné-Bissau)



Cobertura e parede tradicional de adobe, Bissau.

As cidades de Moçambique

Comunicação elaborada para o 8.º Encontro CIALP em Maputo, Julho de 2001

*"Desde a esquina do Djambu
t'è à do Continental
trato os passeios por tu
e um parquímetro mais cómodo
é meu guru pessoal"*

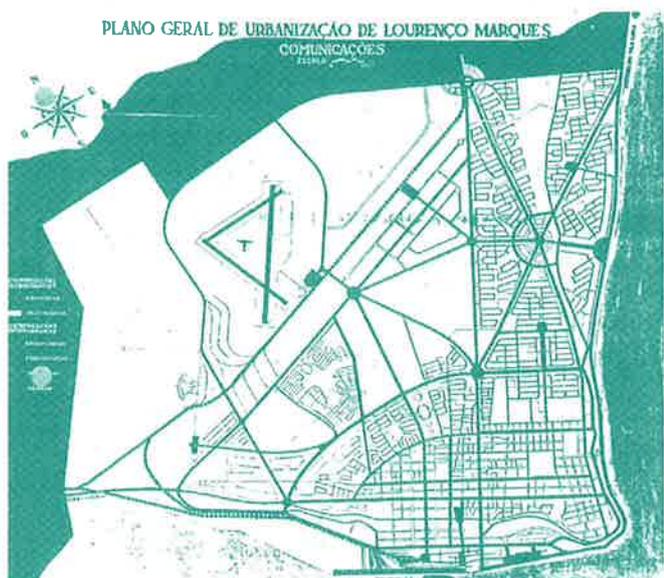
João Pedro Grabato Dias/António Quadros,
in *Laurentinas*

Como em Angola, as cidades de Moçambique desenvolveram-se enormemente durante as décadas de 1930 a 1970. **Lourenço Marques** (actual Maputo), cidade desde 1887 e capital provincial em 1898, sofreu um grande crescimento populacional: em 1928 tinha cerca de 37.000 habitantes, e já em 1950 passava para cerca de 93.000 habitantes, sendo 23.000 brancos.

Assentando num plano bem delineado e generoso de ampla malha reticulada, a cidade foi-se expandido dentro dessa mesma área, sem problemas urbanísticos de maior, pelo anos de 1920 e 1930.

Do início da década de 1940, conhece-se correspondência entre a Câmara Municipal e o arquitecto e urbanista Luís Cristino da Silva, radicado em Lisboa, convidando-o para executar ou renovar o plano de urbanização. Em 1941, porém, a iniciativa parece ter-se interrompido, talvez devido à II Guerra Mundial então no apogeu.

Da transição das décadas de 1940-50, refira-se o *Plano de Urbanização de Lourenço Marques*, pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar. No seu desenho, para o sector exterior à retícula urbana do final do século e dela separada por uma circular em longo arco, previa-se uma vasta área envolvendo a cidade, segundo o habitual padrão de "cidade-jardim", com sistema de macro-rotundas. No mesmo estudo previa-se igualmente uma expansão principal para norte,



Plano de Urbanização de Lourenço Marques, Comunicações. 1952

Gabinete de Urbanização do Ultramar
(Arq. João António de Aguiar)

In Morais, João Sousa - *Maputo. Património da Estrutura e Forma Urbana*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001

e uma ocupação à volta do aeroporto com "reservas" para indígenas. A autoria do plano é de João António de Aguiar e data de 1952.

Na mesma época, o mapa do "Cadastro Geométrico" da capital moçambicana mostra o avanço dos loteamentos em retícula para leste e norte - sítios dos futuros bairro de Polana e de Sommerchild, ainda por construir. A *Unidade Residencial Indígena de Munhuana*, em local dos arredores de Lourenço Marques, foi concebida como uma "unidade de vizinhança" ampliada, ou seja, um bairro para cerca de 15.000 habitantes. As opções dos dois planos parecem assim apontar claramente para a institucionalização de uma "cidade segregada", separando espacialmente "indigenato" e "colonato".

Só depois de 1965, um novo *Plano Director* da

cidade irá ser desenvolvido, no âmbito do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Lourenço Marques, sob a supervisão do eng. Mário de Azevedo, tendo como arquitecto-chefe José Bruschy, entre 1967 e 1973.

Em 1972, um mapa turístico da capital moçambicana mostra-a já claramente estruturada ao longo dos três eixos centrais, as longas avenidas na direcção aproximada de este-oeste: da República (actual 25 de Setembro), 24 de Julho e de Pinheiro Chagas (actual Eduardo Mondlane); duas outras, no sector norte, paralelas às primeiras, estruturavam os bairros em crescimento nos anos de 1950 a 70: as avenidas Massano de Amorim (actual Mao Tse Tung) e de Nossa Senhora de Fátima (actual Kenneth Kaunda). Cruzando-as na perpendicular, desde a Baixa, implantavam-se as avenidas Augusto de Castilho (actual Vladimir Lenine) e Manuel de Arriaga (actual Karl Marx).

Assinalem-se os novos bairros da cidade, ou o desenvolvimento dos existentes: Sommerchild (anos 1950--60), sector sul; anos 1970, sector norte) o Bairro COOP (dos anos 1970) e o Maxaquene, de "classe média"; o Alto-Maé, que se destinou progressivamente a população de origem indiana.

Na **Beira** (cidade em 1907) que, tal como Lobito em Angola, nasceu de um porto de mar, o crescimento populacional também foi bastante significativo: em 1928 a cidade tinha 20.000 habitantes, em 1960 já possuía 45.000. Ilídio do Amaral estimava para 1970 uns 89.000 habitantes. A cidade modernizou-se rapidamente, logo na década de 1930, passando da "cidade lata" dos anos 1900-1920, onde as construções metálicas imperavam, para uma urbe com inúmeros edifícios modernistas em betão.

Em 1929 fazia-se a abertura do 1.º cais acostável de águas profundas; para o *Projecto de Urbanização e Alargamento da Cidade da Beira* e para o *Projecto de Urbanização da Praia de Macuti*, nos arredores da cidade (ambos de 1929-32), foi convidado o arq. Carlos Rebelo de Andrade (que então referia a colaboração de José Aguiar e de Lima Franco, arquitectos futuramente muito activos no planeamento ultramarino).

Os projectos, de índole académica, constituem dois exemplos da *city beautiful*, conceptualmente dentro de uma urbanística com desenho à *Beaux Arts*, valorizando aspectos de efeito formal e de composição visual, mais do que aspectos funcionais e pragmáticos. Assim, são patentes nos planos os grandes eixos viários rectos, as amplas rotundas, os elementos de simetria, etc. Deste modo, os resultados práticos dos planos devem ter sido relativos.

Para acompanhar esta "onda de progresso", logo em 1933 a anterior Comissão de Administração Urbana dá lugar a uma câmara municipal regular; e em 1943 uma sociedade é encarregue de elaborar um novo projecto de urbanização de cidade (ao que parece, pelo arq. José Porto). Em 1949, um levantamento pela Missão Hidrográfica desenhava uma longa faixa urbanizada em retícula, do lado sul, e um começo de ocupação a norte dos pântanos, à roda da estação ferroviária.

Num mapa de 1972, a cidade estruturava-se

segundo dois grupos de eixos: o primeiro, na direcção este-oeste, segundo as avenidas da República/5 de Outubro (actual Mondlane) e Príncipe da Beira (actual Armando Tivane); o segundo, para norte dos antigos pântanos (o "Campo de Golfe"), no sentido sul-norte, segundo a avenida Massano de Amorim (actual Samora Machel) e rua General Vieira/estrada Araújo. Entre as duas áreas, uma longa rua Duarte Costa definia-se entre rotundas (actual 24 de Julho).

Quelimane era a segunda cidade de Moçambique em 1950, com 64.000 habitantes (cidade desde 1942, com clara malha reticulada); outras urbes, embora menores, assumiam significativa dimensão: **João Belo** (actual **Xai-Xai**) com 49.000 habitantes (cidade em 1961, capital do distrito de Gaza), **Tete** com 38.000 (cidade em 1959), **Vila Cabral** (actual **Lichinga**) com 28.000 (cidade em 1962) e **Porto Amélia** (actual **Pemba**) com 21.000. **Inhambane** passava a cidade em 1956.

O caso de **Vila Cabral/Lichinga** é especialmente curioso, pois resulta do único plano que conhecemos para estas áreas africanas da década de 30, que teve aplicação directa e contemporânea no terreno. Situada num planalto, a cerca de 1400 metros de altitude, a cidade desenvolveu-se de facto a partir de uma ideia do seu governador - um sistema viário estruturante de forma octogonal - ideia exposta num autêntico "texto fundador" de sua autoria, depois publicado.

Décadas mais tarde, será possível ver o resultado da aplicação desta ideia, tão geométrica e pragmática como autoritária e ingénua (talvez herdeira ainda, e tardia, das teorias celulares do início do século, a partir da formulação da *Garden City* por Howard em 1898, que definiu um esquema de base hexagonal, depois aplicado de modo específico a Nova Delhi por Parker), numa vista aérea editada em bilhete postal.

De algumas daquelas cidades se publicaram documentos urbanísticos, sempre do prolífero Gabinete de Urbanização do Ultramar: o *Plano de Urbanização de Quelimane* e o *Anteplano de Urbanização de Tete*. **Quelimane** surge nos mapas de 1972 com uma estrutura muito próxima do plano dos anos 1950: 4 eixos no sentido sul-norte (João Belo, Combatentes, D. Luís Filipe e António Enes) e dois na direcção este-oeste (Vasco da Gama e Carmona, este a via marginal).

O *Plano Geral de Urbanização de Vila Pery* (**Vila Pery**, cidade em 1969, actual **Chimoio**), com a unidade residencial indígena situada a norte do "núcleo urbano", está significativamente dele separada (segregada) por uma área verde. No mapa de 1972, a cidade surge impressionantemente semelhante à proposta no plano de 20 anos antes - é uma

criação rara, totalmente de raiz, dentro do urbanismo eclético-modernizante da "cidade-jardim"/unidade de vizinhança. Também em vista aérea, editada em postal, se confirma esta *forma urbs* de Chimoio.

Nampula, cidade do norte (com tecido urbano em pragmática retícula, capital distrital desde 1935), surge muito desenvolvida nos anos de 1950-60, com uma avenida Marechal Carmona, de placa central arborizada e ladeada de prédios muito "anos 60", com cêrceas de 3 pisos e comércio térreo. A pequena **Porto Amélia/Pemba** assinalava-se ainda nos anos de 1960 por um conjunto de pavilhões térreos junto ao cais.

Na área nortenha da província, no quadro da necessidade de um grande porto moderno, conheceu-se o grandioso projecto para a cidade costeira de **Nacala** de 1941, com vasta planta do tipo *city beautiful*, por Cristino da Silva - de quem também é o projecto da respectiva estação de caminhos de ferro, de 1943-44, nas suas duas curiosas variantes - modernista e neo-tradicional.

No povoamento, tal como em Angola, foi experimentado o sistema de "colonatos" agrícolas. No Médio Limpopo fixou-se uma colónia agrícola mista, enquanto em Inhamissa se instituía um colonato agrícola para indígenas.

José Manuel Fernandes, Arquitecto
(Portugal)



Planta da cidade de Nampula nos primórdios do séc. XXI

Arquitectos Sem Fronteiras – Portugal (ASFP)

A colaboração com comunidades desfavorecidas

Os Arquitectos Sem Fronteiras – Portugal (ASF-P), integram uma rede internacional de Arquitectos Sem Fronteiras, criada há mais de 10 anos.

Com uma primeira referência nos *Architectes Sans Frontières* (franceses e já inoperatantes) vão surgindo, posterior e continuamente, organizações similares assentes na mesma filosofia e princípios, nomeadamente em Espanha (1992), Bélgica (1994), Alemanha (1997), Itália (Milão, 1998), EUA (2001), e futuramente Itália (Roma), Reino Unido, Brasil, Austrália, Suécia.

Em meados do ano 2000, é criada a associação portuguesa dos Arquitectos Sem Fronteiras, fruto de um esforço conjunto de um grupo de jovens arquitectos portugueses e com um primeiro apoio da delegação da Galiza dos ASF-E.

Definindo-se como uma associação independente, sem fins lucrativos e de apoio voluntário, visa colaborar com comunidades desfavorecidas por condições naturais ou económicas, cooperando com as mesmas, na supressão da precaridade e no desenvolvimento das suas actividades.

A acção da associação integra a assistência técnica e científica no planeamento e execução de intervenções nos assentamentos humanos – ordenamento territorial, urbanização e saneamento básico, edificação, melhoria de materiais construtivos e das condições habitacionais.

Nestas áreas propõe-se responder às solicitações das comunidades através:

- da colaboração com as associações locais;
- da análise conjunta das necessidades;
- da realização de projectos e participação nos mecanismos de financiamento;
- do apoio à gestão dos projectos seleccionados;
- da assistência técnica na execução de obras.

Encontrando-se em fase de organização da própria

associação, a ASF-P tem tentado promover parcerias com organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD), associações locais e entidades responsáveis por programas de desenvolvimento ou assistência de emergência, nomeadamente nos países menos desenvolvidos e em zonas desfavorecidas no nosso país. Paralelamente, tem trabalhado em programas internos de formação dos corpos da associação e possíveis interessados, servindo-se para isso, como meio de contacto e trabalho, da sua página na Internet, criada em Novembro de 2002.

Nesta perspectiva, e congratulando-se pelo apoio e oportunidade de partilha deste Boletim com o CIALP, enquanto meio tão eficaz e dignificante de comunicação entre os arquitectos de língua portuguesa, a ASF-P vem apresentar a sua disponibilidade nos âmbitos referidos e apelar à participação de todos os arquitectos empenhados nesta causa, reforçando os apelos já anteriormente feitos pelo próprio CIALP, na pessoa do colega António Reis Cabrita, e na receptividade demonstrada pela Ordem dos Arquitectos, nomeadamente na integração da temática da cooperação no programa do Ano Nacional da Arquitectura '03, em Portugal.

A direcção dos Arquitectos Sem Fronteiras
(Portugal)

Associação dos Arquitectos Sem Fronteiras - Portugal (ASF-P).
Constituída como pessoa colectiva de direito privado, de tipo associativo, e sem fins lucrativos no dia 29 de Maio de 2000, com estatutos próprios publicados em Diário da República, III Serie, suplemento n.º 200, 30 de Agosto de 2000.

Rua Justino Cruz 110, 3.º - sala 4
S. João do Souto, 4700-374 Braga
www.asfp.net | info@asfp.net

Sobrepovoamento urbano e problemática dos assentamentos humanos

Comunicação elaborada para o 8.º Encontro CIALP em Maputo, Julho de 2001

1 – Urbanização e Globalização

- As cidades existem desde o terceiro milénio antes de Cristo
- Em 1800, apenas 2% da população mundial vivia em zonas urbanas
- Actualmente menos de metade de 6000 milhões de pessoas que habita a terra vive em cidades
- Em 2007 será já metade a viver nas cidades
- No século presente, os centros urbanos vão expandir-se até alcançarem um tamanho sem precedentes
- Há 5 anos, Nova Iorque era o único centro urbano com 10 milhões de habitantes; actualmente existem 19 cidades com essas características
- No mesmo período de 50 anos, o número de cidades com mais de um milhão de habitantes aumentou para o quádruplo, passando de 80 para 365
- No mundo desenvolvido, a urbanização é um fenómeno familiar

- Na América Latina e nas Caraíbas, 75% da sua população vive em zonas urbanas
- Na África e na Ásia, continentes predominantemente rurais, as populações urbanas passarão de 35% para mais de 75%, nos próximos 30 anos
- A urbanização e a globalização são uma triste realidade nos nossos dias
- As cidades têm de competir entre elas para atrair capitais
- Oferecem incentivos, infra-estruturas e serviços urbanos, sistemas de comunicações, transportes eficientes, habitação suficiente e acesso aos serviços de educação e a zonas de lazer

2 – A urbanização e a pobreza

- A pobreza encontra-se nas cidades de todo o mundo
- Nas cidades do mundo em desenvolvimento, é mais profunda e mais generalizada

- Uma criança do mundo menos desenvolvido tem 22 vezes mais possibilidades de morrer antes dos cinco anos de idade do que uma criança nascida numa cidade de um país desenvolvido

- Nos países ricos, menos de 16% do total das famílias das zonas urbanas vive na pobreza

- Nas zonas urbanas dos países em desenvolvimento, 36% das famílias e 41% dos agregados familiares cujo chefe é uma mulher vive com rendimentos que se situam abaixo do limiar de pobreza definido a nível local

- A urbanização e a feminização da pobreza fizeram com que mais de 1.000 milhões de pobres vivam em zonas urbanas sem habitação adequada nem acesso aos serviços básicos

3 – Análise

e avaliação da situação do Habitat

- Os conflitos armados causaram, causam, com frequência, uma rápida migração das zonas rurais para as zonas urbanas. Torna-se necessário reabilitar as pequenas aldeias para aí reinstalar os refugiados e os deslocados internamente

- Identificam-se novas prioridades, nomeadamente a boa gestão das cidades, os direitos em matéria de habitação, os serviços básicos, os conflitos civis, a violência urbana e o meio urbano

- No processo de análise, confirma-se cada vez mais que as medidas que melhoram a qualidade da vida das pessoas, especialmente dos pobres, são geralmente concebidas e aplicadas a nível local

- É essencial consolidar todo o tipo de parcerias

4 – Situação da habitação

em Angola

- A República de Angola, desde a sua independência, vive em situação de guerra, o que obriga a população a migrar constantemente das áreas rurais para as cidades, colocando maiores desafios à governação das cidades e de toda a sociedade

- De entre estes desafios, figuram em destaque o grande *déficit* habitacional e a problemática do reassentamento das populações em toda a extensão do território nacional, estimando-se para as áreas urbanas um *déficit* de 700 mil novas casas com perspectiva do seu crescimento para 1,4 milhões no ano de 2015

- Quero realçar que a nossa lei constitucional estabelece o direito à propriedade privada, defende a igual-

dade de género em que mulheres e homens se encontram em idênticas condições de celebrar contratos de arrendamento e aquisição de imóveis quer ao estado quer a particulares

- No sentido de proporcionar o acesso a uma habitação adequada, o governo do meu país continua a desenvolver a política de alienação de imóveis que tem permitido a transferência de activos físicos em forma de propriedade ao cidadão comum e incentivando o desenvolvimento de um mercado imobiliário nacional nascente

- Cerca de 40 mil imóveis foram já alienados o que permitiu a arrecadação de um montante na ordem dos 130 milhões de dólares americanos nos últimos 10 anos, como contributo para a política de fomento habitacional

- Por outro lado, estudos recentes registam um aumento do número de agregados familiares chefiados por mulheres, 25% na capital do país e 40% nas áreas rurais

- Esta tendência actual, tem implicações sobre a política de desenvolvimento dos assentamentos humanos, em particular das condições de financiamento e tipo de habitação, pois estes agregados familiares possuem um maior nível de vulnerabilidade

- Um dos problemas mais agudos é o atendimento da demanda específica de habitações para os antigos combatentes. Em consequência disso, um esforço no sentido de investimento em habitações sociais tem sido desenvolvido

- O empobrecimento progressivo das populações urbanas nos últimos anos, levou o governo angolano a estabelecer uma estratégia de combate e erradicação da pobreza, de parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Banco Mundial, havendo a enaltecimento como passo prévio a existência desde 1994 do fundo de apoio social

5 – Ordenamento ambiental

Promover um ordenamento equilibrado dos assentamentos populacionais

- O fluxo migratório permanente das áreas rurais para as cidades tem sido acelerado pelo recender do conflito armado. Tais fluxos migratórios não naturais têm colocado novos desafios à governação das cidades e a toda a sociedade

- A título de exemplo, a capital do país, Luanda recebeu uma carga adicional de 22% da sua população inicial e 1/6 do total de deslocados. Benguela 54% e 1/7 do total de deslocados nos últimos anos. Este processo migratório tem, em última instância, as cidades capitais e sobretudo as regiões costeiras

- Esta situação tem gerado vários tipos de fenómenos tais como:

. Excessiva carga de utilização do equipamento social existente;

. Má utilização dos mesmos por segmentos da população com hábitos e estilos de vida não urbanos;

. Aumento da poluição e uma enorme concentração de resíduos sólidos e líquidos;

6 – Desenvolvimento económico

O papel de fomento do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEN). Criado em 1992, o INAPEN tem por missão promover o "desenvolvimento económico e social nacional, através do fortalecimento, estímulo à criação e fomento das micro, pequenas e médias empresas". Entre as suas realizações contam-se:

- O lançamento em 1996 do Programa de Apoio ao sector Produtivo, que desembolsou mais de US\$ 22 milhões em créditos bonificados para pequenos e médios empresários;

- A elaboração de um Programa de Apoio Financeiro a PME no valor de US\$ 40 milhões. Este programa ainda não foi implementado por falta de disponibilidade financeira;

- O aconselhamento em oportunidades de negócios e a comercialização de brochuras que introduzem 20 diferentes perfis de actividade empresarial;

- A formação em actividade empresarial, em que participam 609 micro e pequenos empresários nos cursos de iniciação em gestão (1998). Por outro lado, 988 empresários recebem conhecimentos mais profundos em gestão empresarial no âmbito da realização de cursos mais avançados;

- A produção de informação empresarial compreende o lançamento do manual "Passo a passo da Legislação de Empresas", assim como a divulgação de um vasto conjunto de informações de carácter legal, conjuntural, etc.;

- O INAPEN tem promovido o desagramento das cargas e a re-

gulamentação dos incentivos aduaneiros e a simplificação dos procedimentos de registo e legalização de micro, pequenas e médias empresas.

- Temos plena consciência que o desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos depende grandemente do êxito na implementação dos programas económicos e da produção industrial. O governo de Angola estabelece o alcance da paz como prioridade por constituir premissa fundamental à aplicação de tais programas.

- Fortalecimento das Pequenas e Médias Empresas nomeadamente as geridas por mulheres. Existe um programa nacional de micro-crédito experimental com suporte do governo desde 1999, com uma fase experimental de dois anos. O programa tem por princípio fundamental a garantia de reembolso, a confiança baseada na solidariedade de pequenos grupos de cinco pessoas. O programa está dirigido à população alvo de mulheres camponesas, vendedoras e deslocadas e numa fase experimental abrange áreas rurais e peri-urbanas das províncias de Luanda e Bengo. Até Julho de 2000, o programa tinha beneficiado 705 mulheres das quais 56% na área do comércio. Os dados disponíveis referem elevadas taxas de reembolso até à data.

7 - Governação

Promover a descentralização e o fortalecimento das autoridades locais.

- As causas das distorções e disfunções das políticas económicas, sociais e sectoriais, têm muitas vezes feito oposição directa à política de descentralização.

- O desenvolvimento de centros urbanos pequenos e médios, o fortalecimento do poder local e a implementação de instalações e serviços necessários para atrair iniciativas de desenvolvimento e investimentos, são estratégias explícitas, que os países podem começar a adoptar no sentido de reorientar a política económica central e a dos grandes sectores que aumentam o crescimento das megacidades, a degradação urbana e a pobreza.

- Os nossos países, fruto das mudanças políticas recentes, herdaram um corpo de leis e de regulamentos totalmente inadequado para responder aos processos urbanos com que se defrontam.

- São poucas as administrações

que têm o poder, os recursos e o pessoal treinado para dar às populações um rápido crescimento em espaços, serviços e facilidades necessárias à vida humana digna: água limpa, sistema de saúde, saneamento, escolas e transportes. As autoridades não têm poder político, nem capacidade de decisão, nem acesso a verbas necessárias para levar a cabo as suas funções.

- Só um governo local forte pode assegurar que as necessidades, costumes, formas urbanas, prioridades sociais, condições ambientais se reflectam nos planos locais para o desenvolvimento urbano.

- Os governos das cidades precisam de consolidar a sua capacidade política, institucional e financeira e sobretudo dispor de uma parte maior da riqueza gerada pela cidade, no sentido de que os limitados recursos tenham o efeito máximo no melhoramento das condições de habitação para os pobres.

- O governo angolano tem estado a experimentar alguns projectos pioneiros visando o fomento habitacional. Destas iniciativas, realçamos o programa piloto que constitui um exemplo de parceria exitosa entre o sector público e privado para o desenvolvimento urbano auto financiado em Luanda. Aproveito a oportunidade para assinalar que ao programa em causa foi outorgado, em Novembro transacto, um dos 10 troféus pelo júri da 3.ª edição do Prémio Internacional de Dubai sobre as melhores práticas governativas.

- Estão em preparação diplomas legais, como a lei do ordenamento do território, a lei do arrendamento urbano, a revisão da lei de terras, tendo sido já promulgada a lei do ambiente

- No âmbito da revisão constitucional em curso no país é dado como certo o reforço do papel e do poder das autoridades locais na governação.

- Temos plena consciência de que o desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos depende

grandemente do êxito na implementação dos programas económicos e da produção industrial. O governo do meu país estabelece o alcance da paz como prioridade por constituir premissa fundamental a aplicação de tais programas.

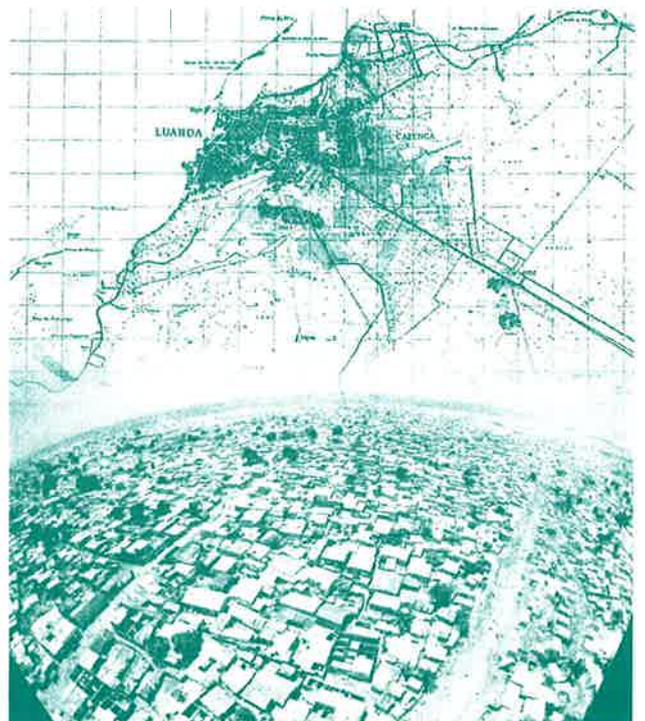
Atenção

As pessoas que hoje tomam as decisões importantes terão já morrido quando a terra estiver a sofrer plenamente as consequências destas decisões, mas a maioria das jovens gerações, que hoje têm direito a voto, estará viva nesse tempo.

O desenvolvimento urbano não pode ser baseado em modelos standardizados, importados ou de geração própria. As possibilidades de desenvolvimento são diferentes em cada cidade e têm que ser avaliadas no contexto da sua própria região. O que funciona numa cidade pode ser totalmente inadequado noutra.

Só um governo local forte pode assegurar que as necessidades, costumes, formas urbanas, prioridades sociais e condições ambientais da zona se reflectam nos planos locais para o desenvolvimento urbano.

António Pereira Gameiro, Arquitecto
(Angola)



Luanda hoje

In EDURB, Lda et. al. - Projecto Luanda Sul.
Uma parceria exitosa
para o desenvolvimento de Luanda.

Francisco de Holanda nasceu em Lisboa em 1518 e aí morreu em 1584. Considerando-se acima de tudo um pintor, a sua actividade artística, ainda que pouco numerosa, abrange diversos domínios, desde a medalhística à arquitectura.

É principalmente como teórico que a sua influência se vai exercer de forma determinante, defendendo a adopção de um estatuto moderno para o artista e criticando as relações medievais que ainda eram dominantes na sociedade portuguesa. No campo da arquitectura, e para além do interesse que manifesta pelo estudo da arquitectura italiana, dos diversos esboços de projectos urbanísticos que apresenta na sua obra "Da fábrica que falece à cidade de Lisboa (1571)" e de ter sido muito possivelmente ouvida a sua opinião de diversas obras feitas ao tempo de D. João III, foi autor do projecto da fortaleza de Mazagão, na Índia (1542), sendo-lhe também atribuído o desenho da fachada da igreja da Graça em Évora.

In Pedreirinho, José Manuel - Dicionário dos Arquitectos. Porto: Edições Afrontamento, 1994

O entusiasmo da conversa solta

Caro Zé Silva Carvalho,

No rescaldo da nossa animada reunião preparatória do encontro CIALP no Brasil de ontem e já horas impróprias - 2h30 da manhã - uma catadupa de reflexões impediu-me de conciliar o sono.

Defendo que ter ideias em catadupa é fenómeno que não ocorre todos os dias e, quando ocorre, temos obrigação de aproveitar.

Por isso levantei-me e resolvi atacar o artigo para o Boletim do CIALP que me pediste. Mas o artigo não saiu à primeira. O que saltou mesmo para o papel foi a força, ainda confusa, das ideias que trocamos para relançarmos o projecto CIALP.

Ideias ainda estão longe de estarem claras, é certo. Ideias analisadas, criticadas, rebatidas ou elogiadas por cada um de nós.

Umás no sentido de relançar a **alma** do projecto CIALP - que temas nos unem, que problemas nos interessam ...

Outras no sentido de lhe dar **corpo** - na convicção que iniciativas concretas serão a forma mais sustentada de reanimar o CIALP.

Mas ideias capazes de nos entusiasmar ainda na sua forma incipiente de uma primeira conversa.

Uma conversa suficiente para causar aquele frenesi de inquietação quando (em linguagem de projecto) estamos quase a "agarrar" a solução...

Uma conversa.

Em língua Portuguesa.

Sobre coisas a fazer/organizar, entre 5 continentes, por pessoas com traços comuns em torno de uma profissão.

Para termos CIALP é preciso conversar, é preciso comunicar. O entusiasmo vem logo a seguir:

Conversas Interessantes entre Arquitectos de Língua Portuguesa.

Lúisa Bordado, Arquitecta
(Portugal)

Francisco de Holanda

Programa CIALP

de Intercâmbio Universitário

Nos animados debates que o grupo trabalho CIALP tem vindo a ter, em Lisboa, para a preparação do próximo Encontro do Rio de Janeiro, vai ganhando corpo a convicção que a reanimação do projecto passa pela equação de Programas de Acção capazes que articular, em língua portuguesa, os interesses comuns de arquitectos de cinco continentes.

O intercâmbio de experiências, tanto na área académica como no exercício profissional é, com toda a certeza, uma das expectativas mais interessantes para manter vivos, através da língua comum, elos culturais que todos queremos reinventar e consolidar

A equação de um Programa CIALP de Intercâmbio Universitário parece-nos um desafio apaixonante a lançar no Rio de Janeiro, como projecto de Cooperação entre países de expressão portuguesa.

Por outro lado, a mobilização/envolvimento dos principais actores, nomeadamente das Universidades, poderá ganhar uma nova dimensão dada pelo intercâmbio alargado, não só no domínio da formação ministrada mas estendendo-se, também, a formadores em domínios específicos, enriquecendo os respectivos currícula académicos.

Mas o intercâmbio de professores e de alunos entre países e universidades pode e, na nossa opinião, deve ser formulado com o alargamento da iniciativa a instituições que, de forma directa ou indirecta, estejam ligadas á pratica profissional da arquitectura.

Áreas tão diversas como a inventariação ou a gestão do património arquitectónico, até às mais variadas frentes de especialização tecnológica poderiam constituir motivos de aposta tanto para o sector institucional - tanto publico como privado, como para o sector empresarial.

Esta seria a forma de perspectivar o Programa com saídas profissionais e perspectivas de carreira ou de especialização, como resposta directa a necessidades dos patrocinadores, eventualmente como futuras entidades empregadoras, perspectivando oportunidades de intercâmbio também no mercado de emprego.

O Programa Francisco de Holanda é um projecto CIALP em embrião, cujas ideias chave serão apresentadas para discussão no Encontro do Rio de Janeiro, como desafio lançado às Universidades e às Associações Profissionais.



Lúcia Bordado, Arquitecta
(Portugal)

Casa Ernesto Gomes Fontes - Tijuca, Rio de Janeiro.
Arq. Lúcio Costa, 1930